

O QUE PODE ACONTECER COM ACM

Os próximos passos da investigação da responsabilidade do senador Antonio Carlos Magalhães com o episódio dos gramos da Bahia

ATÉ A PRÓXIMA SEMANA

A Mesa do Senado terá de decidir se acolhe ou não requerimento feito pela liderança do PT para que seja instalada uma comissão no Conselho de Ética para acompanhar as investigações da Polícia Federal na Bahia. É pouco provável que a Mesa, diante da repercussão do fato, negue a criação da comissão.

EM DEZ OU 15 DIAS

É o tempo esperado para que a Polícia Federal conclua sua apuração sobre o grampo. Esse é o marco inicial do processo. Tudo o que acontecer em seguida dependerá do conteúdo do relatório da PF.

SE A PF APONTAR A RESPONSABILIDADE DE ACM

Fica impossível evitar o início de um processo de cassação no Conselho de Ética. E também um processo criminal no Supremo Tribunal Federal. O fato de o grampo ter sido anterior ao início do mandato não diminui o problema ético, segundo argumentação jurídica das

vítimas da escuta ilegal.

Defendem que o Congresso não poderia conviver com alguém que comprovadamente cometeu um crime, mesmo que antes do início do mandato. No caso do processo no Supremo, a anterioridade do crime vira um problema para ACM. Porque não valerá a imunidade parlamentar — o STF não precisará pedir licença ao Senado para começar a processá-lo.

SE A PF NÃO APONTAR A RESPONSABILIDADE DE ACM

Essa é a possibilidade aberta para se assar a pizza de acarajé com dendê. Basta o Congresso sentir-se satisfeito com o resultado da investigação policial. Aí, não haverá processo de cassação. Nem criminal. A outra possibilidade é o Congresso não se dar por satisfeito. Pressionado pela opinião pública, pode, então, entender que a própria falta de condições da polícia chegar a uma conclusão justifica a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.